

O PENSAMENTO DE SÊNECA PARA O CENÁRIO POLÍTICO

Farail Rodrigues Paravano¹

Isania Cristina Coelho Martins²

Professora Orientadora: Dra. Taynam Bueno

Professor Coorientador: Dr. Silvio Serrano

Resumo

O príncipe não é senão o mais capacitado entre os cidadãos para ocupar a governança da cidade e de seus súditos, mais imperfectivo como qualquer outro homem, por isso demanda desde cedo uma educação voltada para o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de uma reta conduta, uma moral lapidada, com intuito de cumprir uma boa política. Neste sentido, Sêneca oferece um caminho pautado pela filosofia moral estoica para guiar o governante, inspirando-lhe a virtude e o afastando as ações tirânicas e dominadas pelas paixões para que, assim, o *princeps* possa estar preparado, principalmente com uma consciência de sua liberdade e de seu poder, guiando o modo como se dever ser e agir. O presente trabalho objetiva mostrar, de forma breve, a importância do pensamento estoico no principado romano e a influência que exerceu sobre Nero, por intermédio do seu preceptor Sêneca, bem como quais as lições trazidas por esse filósofo na sua notável obra política dedicada ao imperador.

Palavras-chave: Sêneca – Ética – Clemência – Moral – Virtude

Abstract

The prince is only the most qualified among citizens to occupy the governance of the city and its subjects, more imperfect as any other man, so he demands from an early age an

¹ Bacharela em Serviço Social pela UNICID, pós-graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela UNIBAN e pós-graduanda do curso de Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado pela Escola Superior de Gestão e contas Públicas “Conselheiro Eurípedes Sales”. E-mail: farailparavano2@gmail.com

² Bacharela em Direito Pela Faculdade pela Universidade Nove de Julho e pós-graduanda do curso de Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado pela Escola Superior de Gestão e contas Públicas “Conselheiro Eurípedes Sales”. E-mail: ic.isaniacristina@gmail.com

education aimed at the development and constant improvement of a straight conduct, a moral polished, in order to comply with a good policy. In this sense, Seneca offers a path guided by stoic moral philosophy to guide the ruler, inspiring his virtue and away from tyrannical actions and dominated by passions so that, thus, the princeps can be prepared, especially with an awareness of his freedom and its power, guiding the way one should be and act. The present work aims to show, briefly, the importance of stoic thought in the Roman principality and the influence he had on Nero, through his preceptor Seneca, as well as what lessons brought by this philosopher in his remarkable political work dedicated to the emperor.

Keywords: Seneca - Ethics - Clemency - Moral – Virtue

Introdução

Este trabalho objetiva salientar as principais características de um bom governante a partir da visão da ética estoica, tendo como referência o filósofo Lúcio Aneu Sêneca³(4^a.C – 64) pensador dessa filosofia e, autor de grandiosas obras na literatura latina. Dentre tais textos, a de maior importância para o campo político no contexto imperial foi a *De Clemencia*⁴, dedicada ao seu pupilo Nero, jovem imperador de Roma. Nesta obra o autor idealiza com riqueza retórica uma espécie de reflexão acerca do poder imperial, sempre fundamentada nos preceitos da moral estoica e que servirá, portanto, à formação do caráter de Nero, auxiliando-o a agir virtuosamente. Assim, Sêneca propõe, no *Tratado sobre a Clemência*, um caminho para que as principais habilidades esperadas de um governante sejam desenvolvidas e cultivadas, de modo a torná-lo sábio e a agir bem na liderança do corpo político.

É imprescindível salientar que a filosofia estoica, a qual Sêneca pregava em Roma, já havia passado por um período de transição significativa, mas sem se desassociar completamente daquela proveniente da Grécia, já que o estoicismo senequiano muito deve aos seus fundadores e sistematizadores primeiros, tais como Zenão de Cítio e Crisipo. Neste sentido, Sêneca surge justamente como uma das principais representações do estoicismo em seu período imperial, trazendo no bojo de suas reflexões as questões mais comuns e

³Um dos filósofos de maior notoriedade no estoicismo e que, no período imperial, ganhou ainda mais visibilidade ao assumir a incumbência de educar Nero, futuro imperador de Roma.

⁴Obra de Sêneca que trata exclusivamente da política, dedicada ao seu mais ilustre educando.

pertinentes ao período, como a valorização de fatores que se tornaram característicos dela: moral, natureza e, sobretudo a racionalidade.

Assim, Sêneca professará a filosofia estoíca e erigirá a razão como o pilar norteador para compreensão e aceitação da sociedade e da dinâmica entre os fatos ocorridos, seja entre o homem e o universo, ou seja, entre as ações derivadas das próprias relações entre os homens enquanto seres pertencentes a um conjunto (sociedade). Assim, o médio estoicismo:

Também introduziu uma distinção, inexistente no antigo estoicismo, entre virtude teórica – o saber – e prática – justiça, magnificamente, temperança. Essas virtudes atuam sobre as tendências para lhes dar racionalidade e retidão, operando sobre quatro apetites fundamentais: o apetite de puro saber, o de autoconservação e conservação da comunidade, e o de não depender de ninguém ou autarquia, e o de moderação. (CHAUI, 2010).

Para compreendermos a proposta senequiana devemos lembrar do caráter do próprio estoicismo, sua vocação libertadora, característica tão importante num período de tão grande transformação como era vivido durante a época helenística. Nas palavras de Chauí, neste sentido, devemos lembrar da grande contribuição do estoicismo para o pensamento acerca do homem, seus limites e suas faculdades. A filosofia é primigênia, subsidia a formação da índole do sujeito e, somente pela persistência no exercício dela é possível encontrar as respostas para as inquietudes da alma humana, porque é dela que emana a razão, a qual se reconhece como marco entre homem e animal.

Com o estoicismo, a liberdade é a liberdade da consciência de si e esta é a liberdade de pensamento, de maneira que pensamento e vontade se identificam. Porque a liberdade é o que depende de nós e o que depende de nós é o pensamento e a vontade, ser livre é comportar-se como pensante, sejam quais forem as circunstâncias. (CHAUI, 2010).

1. O Estoicismo

O Estoicismo nasce na Grécia antiga, tendo como precursor Zenão de Cítio⁵(334 -262 a.C.), sendo a filosofia intitulada com esse nome em alusão ao local onde os filósofos e discípulos se reuniam: *Stoápoikilé*⁶. A escola estoíca, também chamada de escola do pórtico ou simplesmente *stoa*, é uma corrente de pensamento marcada por uma profunda sistematicidade, sendo reconhecida por desdobrar suas áreas na seguinte tríade: **física, lógica,**

⁵ Filósofo da Grécia Antiga e, inaugurou no mesmo local de nascimento a filosofia estoíca.

⁶Assim era denominado o local em Atenas, no qual eram realizados os encontros. Seu significado é pórtico pintado, dado a aparência que tal local tinha àquela época.

e **ética**, esta última, no médio estoicismo e no período imperial, é vista como a parte do sistema filosófico mais importante, sendo compreendida igualmente como o resultado bem sucedido das duas anteriores, mas sem deixar de atribuir àquelas o seu devido valor, porque sem elas não seria possível a ética como produto final.

O estoicismo concebe a filosofia de forma sistemática e composta de três partes fundamentais: a física, a lógica, e a ética, cuja relação é explicada através da metáfora da árvore. A física corresponde à raiz, a lógica ao tronco e a ética aos frutos. Portanto a parte mais relevante é a ética: são os frutos que podemos colher da árvore do saber, porém não podemos tê-los sem as raízes e o tronco. (MARCONDES, 2013).

O estoicismo está para as demais filosofias assim como a constituição está para as outras normais jurídicas e, essa comparação só é possível fazer a partir da compreensão do papel primordial desse pensamento filosófico para a formação da conduta moral do homem como ser de virtudes necessárias para uma vida de utilidade, a contribuição fundamentada na retidão, porque o modo justo de se apresentar é a primeira regra universal a ser seguida, e a virtude é o maior o bem que o indivíduo pode ter. Nas palavras dos comentadores:

“Como a virtude não é senão a disposição de agir honradamente, ela é a excelência da natureza humana, quer dizer, a razão perfeita ou reta, e portanto a coerência absoluta do espírito e da conduta”. (GOURINAT; BARNES, 2013).

Pois, essa ideia convida o indivíduo a ser protagonista da própria história, e, sobretudo, contribuir para a melhoria do seu próximo, sempre com respaldo no que é justo, isso deriva da boa moral e, dela o ser se reveste. E o que se contrapõem a esse modo é justamente as paixões no agir que, transcendem a racionalidade, objetivando a uma conclusão irreal sobre os fatos e, conseqüentemente o desviar do propósito desse pensamento.

No estoicismo a distinção entre virtude e vício configura-se como uma oposição mal-mediável entre o bem e o mal; o que não é virtude é sombra de dúvidas vício e portanto não se pode falar de pessoas mais ou menos virtuosas: mas, se não são virtuosas, serão indubitavelmente viciosas. (DONINI; FERRARI, 2012).

Assim, na corrente estóica devemos ter em mente que a virtude é o ápice da essência humana, fim último das ações humanas, tradução exata da razão, composta por um conjunto de características que a define, não permite lacuna, o indivíduo que não é capaz de alcançar a razão plena é constantemente tomado por práticas viciosas que o denigre e de suas ações não há nenhuma qualidade, visto que, do homem virtuoso pertence o dom da complacência, materializada em suas atitudes.

Além de justificar o alcance da sabedoria por meio da razão, o estoicismo também afirma ser possível viver de modo a suplantam todos os tipos de conjuntura, seja da relação

social ou natural (o homem e suas próprias particularidades) e em seus diversos níveis de complexidade, de modo pleno, sem que em nenhum momento desvirtue, é essa conduta reta ao longo de sua trajetória de vida.

O conhecimento da totalidade dos nexos causais que ligam o universo e sua história pertence unicamente a Deus. Portanto o sábio não é uma enciclopédia geral das ciências, nem um adivinho infalível. Mas ele sabe sempre tudo o que é necessário saber como fim de comportar-se retamente e de realizar assim uma plena harmonia com a racionalidade cósmica. (DONINI; FERRARI, 2012).

Esses pensadores possuíam a consciência de que todos os acontecimentos são cíclicos e, que não se adaptam aos eventos tem como consequência o martírio de si mesmo, por algo que não está sob controle do homem, inútil seria lutar contra o imutável.

2. Sêneca, um filósofo em Roma

Sêneca certamente foi um dos pensadores de maior relevância na representação da filosofia estoica em Roma, essa expressão utilizada não configura outra filosofia, mas tão somente o aperfeiçoamento significativo daquela fundada em Atenas, bem como a mudança no eixo de suas investigações e interesses centrais. Sabemos, neste sentido, que a posição estoica em Roma está muito mais ligada às questões morais, certamente influenciada pelos latinos e por sua rejeição às especulações propostas pelos gregos. Em Roma, a filosofia estoica adquire a característica de uma *ars vitae*, ou arte da vida, sendo capaz de fornecer orientação para todos aqueles que procuravam viver adequadamente e alcançar a felicidade. Sobre esta questão, Marcondes deixa bastante claro o motivo dessa fraseologia.

A partir do séc. I o núcleo do estoicismo desloca-se para Roma, dando origem ao assim chamado “novo estoicismo”, ou “novo imperial”, cujos princípios principais representantes foram Sêneca (4 a.C-65 d.C.), o mais importante filósofo desse período, Epiteto (60-138) e Marco Aurélio (121-180), imperador romano após 161. O estoicismo latino se caracteriza pela ênfase na filosofia prática e em uma concepção humanística, valorizando a indiferença (*apatheia*) e o autocontrole.

É neste contexto que será possível observar os interesses e propostas de Sêneca no embrionário império romano, bem como é possível compreender como se configura a importante tarefa de preceptor moral de um jovem imperador, já que nosso filósofo assumiu a incumbência de educar Nero, este que, aos dezessete anos, tornou-se o novo imperador de Roma, após a morte do seu antecessor, Cláudio⁷. Sêneca conseguiu empreender um papel

⁷ Tibério Cláudio César Germânico foi imperador de Roma, e também padrao de Nero.

significativo na vida pública, mas sempre tendo que orquestrar em si o homem público e o filósofo, mesmo diante desse dilema e das adversidades em decorrência de seu posicionamento, alcançou feitos significativos. Devemos lembrar que o filósofo romano já havia experimentado o amargo gosto do exílio anos antes, quando fora banido pelo emblemático imperador Calígula para a ilha de Córsega, sendo chamado novamente à vida pública graças à sua missão pedagógica com o jovem Nero, e isso após a morte de Calígula.

Evidente que antes de concordar como o benefício de seu retorno, Sêneca refletiu muito os pró e contra. Ele previa que sua nova profissão de educador de Nero iria submetê-lo a um tipo de servidão com seus aspectos negativos. Em todo caso, aqueles oito anos de exílio tinham-lhe desfibrado os princípios filosóficos de liberdade, autonomia e honradez. Preferiu então conciliar os apelos políticos com as exigências éticas de sua filosofia estoica. (FERACINE, 2011).

Vale mencionar que Sêneca inicia o processo de formação e educação de Nero antes deste assumir o poder, mas a função do preceptor ganha maiores dimensões a partir do momento que tem em suas mãos a responsabilidade de preparar o soberano, isto é, de aconselhar e formar o jovem imperador já no exercício do poder. Tal momento se faz imediatamente oportuno para empreender todos os ensinamentos da moral estóica, fato que Sêneca não desprezará como condição necessária para uma vida plena. Tendo, portanto, como fundamento de suas reflexões os preceitos morais do estoicismo, ao mesmo tempo que vivencia ocasião propícia para influenciar o núcleo do poder romano, Sêneca propõe sua importante obra política: *De clemência*, um aconselhamento moral dedicado ao jovem príncipe, no qual é enfatizada as principais características que um governante precisa ter para governar a si mesmo e ao corpo político de modo justo, virtuoso, racional e, portanto, feliz.

3. Sêneca o grande mentor do Imperador Nero

Desde o início, Sêneca, ao aceitar a responsabilidade pela educação do então imperador, tinha como principal missão nutrir no jovem Nero as habilidades e virtudes que este necessitará para tornar o seu principado um governo justo e virtuoso, redundando na felicidade tanto de si mesmo quanto de seus súditos. Tal objetivo fora certamente alcançado pelo menos nos primeiros cinco anos do governo de Nero, chamado pelos historiadores de *quinquennium Neronis*, ou o quinquênio de Nero, lembrado como um período próspero e feliz para o povo romano. Neste sentido, o *De Clementia* inspirou uma grande e virtuosa direção do corpo político, uma postura exercida nos primeiros anos de

governança por Nero de modo magistral, principalmente sob a influência direta do seu mentor. Essa marca tão singular ao momento, e principalmente para os agentes envolvidos é bastante perceptível, desde a gênese dessa árdua tarefa à qual preceptor toma para si.

Com apenas dezessete anos de idade, Nero é eleito Imperador. Sêneca e outros auxiliares assessoram-no como conselheiros. Graças a essa ajuda, os primeiros sete anos de governo do jovem Imperador fizeram recordar os anos felizes dos tempos de Augusto. Sob a vigilância assídua de Sêneca e de Afrânio Burro, prefeito do Pretório, Nero controlou sua índole perversa. (FERACINE, 2011).

É notório o quão influente a ética estóica e, sobretudo a figura do Sêneca, foi para a idealização de um projeto de governo perfeito que, por fatos alheios à vontade deste filósofo não se firmou por muito tempo no Império de Nero.

Época dourada de Nero no império, na qual o jovem imperador é descrito como louvável em comparação aos últimos anos de reinado. Assim, durante tal período, Sêneca teria exercido ótima influência sobre seu singular aluno, ajudando-o a controlar suas paixões e guiando-o, semelhantemente a um sábio, para o caminho reto. (BUENO, 2016)

O objetivo do mentor de amoldar a moral estóica foi parcialmente alcançado, uma vez que, seus ensinamentos surtiram efeitos por um espaço de tempo relativamente passado, lições imprescindíveis que foram materializadas de fato na gestão do seu educando, a excelência em todas as condutas, como forma de alcançar a verdadeira essência pela qual a existência de um governante se justifica e, sobretudo a humana.

Para os estoicos e para Sêneca inclusive, a razão, visto ser esta a contribuição mesma da natureza humana. Isso se dá porque, como sabemos os estoicos acreditam que cada ser existente na natureza possui qualidades que lhe são específicas, que são atribuições próprias da sua natureza. Adequar-se a estas qualidades é o que garante, no final das contas, a felicidade. Assim, adequar-se à qualidade que é própria do homem, a saber, à razão, lhe garantiria a felicidade, ou em outras palavras, lhe garantiria a vida virtuosa. (BUENO, 2016).

Porém, essa influência da moral estóica, e principalmente a do mestre se perdeu no tempo, pois Nero se entrega as adinamias humanas e é dominado completamente por suas paixões, agindo apenas de acordo com o seu bel prazer. Tornando sem valia toda a educação que receberá com o intuito de lhe coroar um soberano clemente. Talvez o fascinante dessa sinopse não esteja o início, tampouco o final, mas o que se passa entre esses dois tempos.

4. *De Clemencia: Princípios Para Uma Boa Governança*

Sêneca em sua majestosa obra apresenta uma vasta riqueza na conceituação do que é de fato a clemência e, como somente através dela o imperador terá condições para fazer qualquer julgamento de modo isento, diz o autor, em uma das tentativas de definir tal virtude: “A clemência é a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar ou, ainda, a brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer a penalidade”. Agir sempre com imparcialidade sobre a causa e sujeito a ser julgado, o bom juiz sob nenhuma condição se deixa consumir por suas próprias paixões, não mácula a sua conduta nem diante de seus desafetos. Dentre as demais definições que o autor romano oferece em seu texto, encontramos, segundo Bueno, outras cinco definições de clemência estabelecidas por Sêneca:

- a) Clemência é a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar.
(*temperantia animi in potestateulciscendi*)
- b) Clemência é a brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer a penalidade. (*lenitas superiores aduersusinferiorem in constituendis poenis*)
- c) Clemência é a inclinação do espírito para a brandura ao executar a punição.
(*inclinatio animi ad lenitaten in oenaexigenda*)
- d) Clemência é a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e devida. (*moderatioaliquidexmerita ac debita poenaremittens*)
- e) Clemência é o que faz desviar a punição pouco antes da execução que poderia ter sido estabelecida por merecimento. (*quae se flectit citra id, quod mérito constitui posset*)

Todas essas expressões acerca do que de fato é a clemência para Sêneca, retrata com maestria o âmago do ensinamento estoíco empregado por esse filósofo na construção do caráter seu mais célebre aluno, Nero.

Mas qual o verdadeiro sentido da palavra clemência para Sêneca? Nada de profundamente diferente do que nós atualmente compreendemos por essa palavra: manter-se dentro dos limites da lei, não ultrapassar seus rigores necessários, não ser amante das punições desenfreadas, movidas por sentimentos de vingança particular ou, pelo simples desejo de punir. O que garantia o respeito de um príncipe por seus súditos era sua capacidade de respeitar, por sua vez, a dignidade e a vida dos seus pares. (OLIVEIRA, 2000)

Segundo Gonçalves, em suma a clemência se justifica a partir da existência de uma relação vertical, na qual há um ser em vantagem, o possuidor da virtude, do outro lado há o que dela necessitará. “A clemência só pode ser exercida enquanto virtude se for posta em prática por um ser superior se dirigindo a seres inferiores. Para ser expressa a clemência precisa desta dicotomia superior-inferior.” A Clemência é a mais bela virtude do *princeps*,

aquela característica da alma que o diferencia dos demais e que o legitima no poder. A Clemência é especialmente um atributo principesco. Vejamos nas palavras de Sêneca:

Ninguém poderá imaginar maior ornamento para o soberano do que a clemência, não importa qual seja o meio e qual seja o direito que o terá colocado como preposto dos demais homens. Evidentemente, reconhecemos que esta qualidade é tanto mais formosa e mais magnificente, quanto maior for o poder que exercerá, que não é necessário ser nocivo, se for constituído segundo a lei da natureza. (SÊNeca, 1990. I, 19, 1)

Porém, mais adiante, Sêneca demonstra que o ensino da virtude não se restringe apenas ao príncipe, ao contrário, ela está ao alcance de todos, desde que haja reflexão e atuação, contudo, ao cidadão comum parecer ser é facultado esse comportamento, mas não ao governante, para esse a virtude é condição necessária a uma boa gestão, porque concentra em suas mãos todo o poder, é ele que impõe todos os ordenamentos.

Assim, a virtude pode ser ensinada, pode-se orientar os semelhantes com conselhos e exemplos, compreender as suas fraquezas e não se irritar contra elas ou odiar aqueles que erram. A virtude se realiza em dois tempos: a meditação e a ação. Por isso, deve-se proceder a exames de consciência frequentes e rigorosos, que fazem ver ao homem a que ponto ele ainda está preso ao vício e como ele pode atingir o supremo bem. Deve-se ensinar os homens a serem virtuosos, baseando-se em exemplos de ações corretas e dirigidas para o bem.

A partir das reflexões feitas do seu próprio comportamento, é possível o príncipe estabelecer como deve ser perante a nação que lidera, porque somente a clemência é capaz de conduzir um governante, de modo a não deixá-lo desvirtuar da sua moral. Ela não significa a ausência de uma personalidade forte ou, qualquer outra deficiência no caráter que traga demérito para o comandante supremo, ao contrário, representa a certeza constante de uma postura ética e bondosa em todas as circunstâncias se, sobretudo, esvaziada de vícios, porque, assim age aquele que é dono de seus desejos exclusivos.

Podemos deixar de lado as cavalações e concluir dizendo que a crueldade é uma inclinação do espírito para coisas particularmente duras. A clemência repele esta inclinação, impondo-se conversar à distância; no entanto, com a seriedade, combina-se bem com ela. (SÊNeca, 1990).

O governante faz jus à admiração dos seus servos não apenas pelo alto posto que ocupa, mas acima de tudo, pelo conjunto de atributos pertencente a ele que, o chancela como merecedor de tal veneração, características que são trabalhadas desde cedo, para se alcançar o apogeu da evolução humana, diferenciando-o da animalidade do tirano, por exemplo. Tal virtude, a clemência, é o critério de distinção entre um bom e um mau governante, distinção clara entre um *princeps* e um tirano. Diz Sêneca:

“a clemência prova a profunda diferença entre um rei e um tirano, embora nenhum dos dois esteja menos equipado em armas que o outro. Porém, um dispõe de armas das quais se serve em defesa da paz, o outro, como reprime grandes ódios por meio de grande medo, nem às próprias mãos, às quais se confiou, olha-as com segurança. (SÊNECA, 1990. I, 12, 3.)

Sêneca e as bases da filosofia estoíca pressupõe que o fortalecimento interior do homem se firma quando o ele mantém a tranquilidade (*tranquilitas*), quando ele consegue manter o autocontrole com o mínimo de sofrimento na alma, de modo que esse esforço lhe torna fortalecido para o enfrentamento da exterioridade e, o exime das dores e sofrimento resultantes das suas decisões.

Por esta razão, o príncipe, que tem o poder tanto de conceder a vida como de tirá-la, deve exercer corajosamente esta função dada pelos deuses. Sobretudo, em relação aos que ele sabe que outrora alcançaram uma proeminência semelhante à sua, tendo adquirido o arbítrio sobre eles. (SÊNECA, 1990).

Sêneca exemplifica por toda sua obra por quais motivos o príncipe clemente tem preponderância sobre aqueles que estão sob suas ordens e, essa dominação transcende a hierarquia.

Aos poderosos e aos insignificantes, sobrevém-lhes igual admiração pela tua clemência; pois cada um sente e espera menores ou maiores bens de acordo com a porção de sua sorte, porém da clemência todos esperam o mesmo quinhão. E não existe ninguém que esteja tão exageradamente satisfeito com a sua inocência que não se alegre por estar a clemência à vista, preparada para velar sobre os erros humano. (SÊNECA, 1990).

Todas as obras do filósofo trazem sem reservas um rico conjunto de ideias, dessa ética moral, mas certamente a sua obra-mestra por ser direcionada ao homem mais importante do império romano, carrega maior relevância principalmente por seu escopo. Notabiliza como deve ser o líder ideal, a partir do domínio de suas peculiaridades. Nas palavras de Bueno:

“a conceitualização própria desta virtude só se dá com Sêneca, para quem ela transforma-se em atividade estritamente racional e distancia-se do campo semântico de palavras como, *lenitas, venia, mansuetudo e indulgentia*. Para o autor romano, clementia é, portanto, fruto exclusivo da razão, é virtude (SENECA, Clem. II, 4, 1). É ato racional. Nero deve ser imperador, pois é virtuoso, pode comandar um império universal e, afinal, agir de modo prudente, justo, moderado e corajoso. O princeps possui conhecimento, portanto age racionalmente. Tal fundamentação do poder remete, inclusive, às origens helenísticas da discussão política estoica.” (BUENO, 2020, p. 201)

Considerações Finais

A filosofia é o que separa o mito da verdade, a lógica do irracional, a paixão por ela é o que impulsiona a constante busca não somente do saber por saber, mas a transformação que ela é capaz de produzir em cada um. Este trabalho teve como objetivo explicar de forma breve a autoridade que Sêneca desempenhou no império de Nero, por meio da filosofia estóica e, como os preceitos morais por ela posta é responsável pela criação de um bom governante.

O papel do príncipe é ser útil à sua nação, é fazer da justiça a sua companheira permanente, deixa em segundo plano suas próprias vontades em prol do bem comum, é um exercício constantemente, desprovido de todos os vícios que norteia o homem simples. Sêneca se pautou na sabedoria e amizade humana. O pensamento estóico trouxe à humanidade, ensinamentos sobre o propósito moral, ou seja, a responsabilidade pessoal por todas as ações, sejam elas boas ou más e os resultados das decisões.

A ética estóica prepara para enfrentar as dificuldades da vida e, para o pior que possa ocorrer, tornando a alma capaz de lidar com as infinitas adversidades, o controle permanente das emoções para que a sentença seja sempre a mais justa possível. Caso contrário, a justiça cairá em incredulidade. É o cumprimento dela que garante a harmonia em os homens e a essência de toda sociedade aprimorada. Assim, nas palavras de Bueno:

Diante do exposto, é inquestionável a importância que a virtude da *clementia* adquire no exercício do poder político em Roma. Para Sêneca, como é possível acompanhar por meio da leitura do *Tratado sobre a Clemência*, tal virtude é imprescindível ao bom governante para que haja a fundamentação, a legitimação e a manutenção do poder imperial. Deste modo, é sobretudo a partir do exercício da clemência que o *princeps* poderá alcançar a unidade, a coesão e a segurança do corpo político, emanando sua virtude a garantindo a felicidade para todos. (BUENO, 2020, p. 207)

Fica evidente que Sêneca efetivou com excelência a moral estóica em todo período que lhe foi permitido demonstrar os valores que dela se poderia explorar, como meio de elevar o indivíduo ao melhor de si. Proclama a clemência como o fator determinante que difere o justo do injusto; o que sabe dominar o seu próprio vício, do que não resiste às tentações. Assim sendo, esse exercício é perpétuo. Por fim, nas palavras de Sêneca:

“Logo, a clemência conserva os príncipes não só mais honrados como também mais seguros e é, ao mesmo tempo, seu ornamento e o mais sólido meio de preservação dos poderes imperiais. Por que é, então, que os reis envelhecidos têm transmitido seus tronos a filhos e netos, ao passo que o reinado dos tiranos é abominável e efêmero?” (SENECA, 1990. I, 11, 4)

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**. São Paulo, 2010.

BUENO, Taynam Santos Luz. **Formação moral e ação política em Sêneca**: entre o sábio e o príncipe. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-13122016-123217. Acesso em: 2020-09-23.

_____. “Manutenção e Legitimação do Poder em Sêneca: A Clemência como Atributo do Bom Governante”. In: **Revista Perspectiva Filosófica**, vol. 47, n. 1. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/248344/36723>. Acesso em: 2020-09-23.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: Dos Pré – Socráticos Wittgenstein. 2ª.ed. ver. ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GOURINAT, J. B.; BARNES, J. (Org.). **Ler Os Estoicos**. São Paulo. Edições Loyola, 2013.

DONINI, Pierluigi; FERRARI, Franco. **O exercício da razão no mundo clássico: perfil de filosofia antiga**. São Paulo: Annablume Clássica, 2012.

FERRACINE, Luiz. **Sêneca: O filósofo estoico preceptor e assessor de Nero**. São Paulo: Lafonte, 2011.

OLIVEIRA, de Luizir. **Sêneca e a Clemência no poder**: São Paulo, 2000. Disponível em <https://hypnos.org.br/index.php/hypnos/article/view/353/365>. Acesso em 17 de Set. de 2020.

GONÇALVES, Ana Tereza Marques: **Uma análise da Obra De Clementia de Sêneca: A Noção de Virtude**. Rio de Janeiro: Phoinix, 1999.